



SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 19 de fevereiro de 2013

JORNAL DO COMMERCIO Sem força .....	1
JORNAL DO COMMERCIO Bancada Frágil prejudica ZFM ..... POLITICA	2
JORNAL DO COMMERCIO Bancada Frágil prejudica ZFM (continuação) ..... POLITICA	3
JORNAL DO COMMERCIO Amazonidades ..... ECONOMIA	4
JORNAL DO COMMERCIO Mdic ..... ECONOMIA	5
JORNAL DO COMMERCIO SUFRAMA 46 Anos .....	6
A CRITICA sim & não ..... OPINIÃO	7
A CRITICA AMANHÃ ..... ECONOMIA	8
A CRITICA Sefaz espreira MDIC ..... ECONOMIA	9
A CRITICA Carência de mão de obra ..... ECONOMIA	10
DIÁRIO DO AMAZONAS Municípios recebem R\$ 144 mi em janeiro com alta na arrecadação ..... ECONOMIA	11

## Sem força

# "Bancada desunida prejudica a Zona Franca"

Pequena, desunida, sem comando. Assim o deputado federal Henrique Oliveira (PR) analisa a bancada de parlamentares do Estado do Amazonas no Congresso Nacional em um momento crucial para a tentativa de prorrogação do modelo Zona Franca de Manaus. Oliveira é relator do projeto, que garante a vigência do modelo por mais 50 anos e se diz apreensivo.

**Página A3**



Deputado federal, Henrique Oliveira se diz apreensivo com o comportamento apagado da bancada do Estado

## Bancada Frágil prejudica ZFM

### Relator do projeto, que garante ZFM por mais 50 anos, Henrique Oliveira se diz apreensivo

Por J Taketomi

**P**equena, desunida, sem comando. Assim o deputado federal Henrique Oliveira (PR) analisa a bancada de parlamentares do Estado do Amazonas no Congresso Nacional em um momento crucial para a tentativa de prorrogação do modelo Zona Franca de Manaus. Relator do projeto, que garante a vigência do modelo por mais 50 anos, Henrique se diz apreensivo pelo fato de o presidente da Câmara, deputado Marco Maia (PT-RS), já ter autorizado a formação de uma comissão de 40 parlamentares para avaliar o relatório de Henrique e encaminhá-lo à votação em plenário.

"Neste momento, a nossa bancada deveria se reunir e trabalhar uma estratégia para garantir a chegada do relatório ao plenário de Câmara sem sobressaltos", afirmou Henrique ao *Jornal do Commercio*. Em vez disso, prossegue o parlamentar, a bancada teve a sua representação diminuída por conta do impasse em torno do não preenchimento da vaga aberta pelo deputado federal Pauderney Avelino (DEM), que responde pela Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Manaus.

A Comissão Especial, nomeada por Maia, deverá ser for-



Foto: Divulgação/Câmara Federal

*O deputado Federal Henrique Oliveira critica a inércia da bancada federal diante de projetos importantes para o Amazonas*

mada nesta semana pelas lideranças partidárias na Câmara, informa Henrique Oliveira. À esta altura, ele diz que a bancada de deputados e senadores do Estado deveria se reunir e se articular para influenciar a escolha do parlamentar que relatará a matéria antes do seu encaminhamento ao plenário e a realização de audiências públicas sobre a questão. "Precisamos estar atentos, mas, além de

pequena, a nossa bancada não se une e não tem comando", lamenta.

As duas últimas reuniões da bancada em 2012, informa Henrique, não resultaram em nada, "não foram proveitosas". Conforme ele, o atual coordenador, senador Eduardo Braga (PMDB), já manifestou sua disposição de entregar o cargo. No entanto, a bancada não reúne para sequer discutir

o assunto, comprometendo a luta em favor da prorrogação da ZFM. "Nós temos que fazer alguma coisa, não podemos ficar assim, como se os interesses individuais preponderassem sobre os interesses coletivos", protesta ele.

#### Mais cadeiras

Apesar de tudo, Henrique Oliveira se manifesta a favor da elevação do número de representantes do Estado no Congresso Nacional, à véspera de deliberação do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) sobre pleito da Assembleia Legislativa do Amazonas. O parlamentar assegura ter informações de que o relatório da ministra Nancy Andrighi, sobre audiência pública ocorrida em 28 de maio de 2012, em Brasília, pedindo a redistribuição das cadeiras dos Estados na Câmara Federal, será votado neste início de ano no TSE.

Ontem (18) a reportagem do *JC* obteve informação de que o procurador geral da Aleam, Vander Goes, terá encontro com Nancy no próximo dia 21 para tratar do assunto. Se o plenário do TSE votar a favor do Amazonas, a representação do Estado na Câmara passará de 8 ou para nove ou dez parlamentares. Na Aleam as cadeiras serão elevadas de 24 para 27 ou 30 deputados estaduais.

## Bancada Frágil prejudica ZFM (continuação)

### *Sinésio: “Praciano está falando dele mesmo”*

O líder do governo na Assembleia Legislativa, deputado Sinésio Campos (PT) repudiou ontem (18) as declarações do deputado federal Francisco Praciano (PT), que classificou a bancada federal amazonense como “inoperante” para justificar posição contrária ao aumento do número de parlamentares representando o Estado em Brasília. A um matutino local Praciano disse que “um ou dois deputados a mais não faz diferença”.

Na opinião de Sinésio, o aumento da representação

na bancada federal é uma batalha travada desde 2005 pela Assembleia Legislativa do Amazonas e que a questão é legal e constitucional e não “um de pedido de benesses”. “Se Praciano diz que a bancada é inoperante ele tá falando dele mesmo, porque o deputado faz parte da bancada. E o deputado se inclui nessa? Afinal de contas ele foi eleito para ser operoso, para trabalhar, ou não? Se ele é inoperante, que não dispute eleição”, repudiou o petista.

O aumento da bancada federal do Amazonas foi pedido

pela Assembleia Legislativa em maio de 2012 e eleva de 8 para 10 o número de deputados federais e de 24 para 30 o de deputados estaduais. A proposta de distribuição das vagas está sendo analisada pela relatora do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), ministra Nancy Andrighi. Nesta segunda-feira (18), o líder do PT na Assembleia, deputado José Ricardo Wendling, se manifestou contrário à sugestão do parlamento estadual.

O deputado Sinésio Campos disse que, enquanto o Praciano diz que a bancada

é “inoperante”, ele continua trabalhando e muito no interior. Lembrou que sexta-feira (14), se reuniu com diretores da companhia Itautinga, na Mina de Jatapu, no município de Uruará (a 344 quilômetros). “O Amazonas pode se tornar autossuficiente na produção do calcário agrícola. Isso é real. Não estamos contando anjinhos no céu”, afirmou, lembrando que a Parceria Pública Privada (PPA) com a companhia deverá ser anunciada apelo governador Omar Aziz, em breve.

## Amazonidades



**OZÓRIO FONSECA**

### **(BBB) Biopirataria, bioestupidez e biópsias**

A estupidez mental envolvendo a questão da biopirataria tem sido abordada por mim em textos jornalísticos, artigos publicados em revistas científicas, orientações de Dissertações de Mestrado e nos meus livros Amazonidades (2004) e Pensando a Amazônia (2011). Esse dueto nefasto (biopirataria e bioestupidez) vem prejudicando o desenvolvimento sustentável da Amazônia e particularmente do Amazonas que tem um Centro de Biotecnologia inerte ou pelo menos insatisfató-

rio em termos econômicos. Essa insanidade foi acirrada quando uma parlamentar do Amazonas (não amazonense) fez um estardalhaço contra um acordo entre a Bioamazonia (da qual sou instituidor) e a Novartis, que usaria o administrativa e juridicamente controlável Centro de Biotecnologia do Amazonas para produzir medicamentos a partir da microbiota regional. Amedrontado com a insanidade inculca Fernando Henrique Cardoso, editou uma Medida Provisória (2.052/2000, ree-

ditada como 2.186/2001) que inviabilizou o acordo, criou dificuldades para a pesquisa científica e inseriu no Brasil megabiodiverso, uma legislação que dificulta o acesso e uso da biodiversidade.

#### **A NOVARTIS.**

Como a Novartis (que tem laboratórios e fábricas em três estados brasileiros), ficou inexplicavelmente proibida de atuar no Amazonas (!) foi para Singapura onde montou um Centro de Biotecnologia com investimentos de quase meio milhão de dólares. Por aqui o CBA ficou inanimado ou engatinhando por longos e irrecuperáveis 12 anos, sem soluções para a criação de um Polo de Bioindústrias, única via para a nossa redenção sem sangue, sem ameaças políticas e fiscais. Os "big shots" do Brasil não sabem que ciência e tecnologia precisam de cientistas e de muito dinheiro e não de bolsistas e recursos minguaados.

#### **BIODIVERSIDADE.**

Tenho absoluta certeza que a

quase totalidade dos "big boss" e seus coadjuvantes não sabem o que é biodiversidade, o que é espécie biológica, o que é espécie química e nunca refletiu densamente sobre as consequências da insanidade que envolve a abordagem política (no mau sentido) da biopirataria.

### **Obstáculos à pesquisa biogenética criaram entraves para o desenvolvimento**

#### **BIOESTUPEDEZ (BURRICE) E BIÓPSIAS.**

Os obstáculos à pesquisa biogenética criaram entraves para o desenvolvimento científico com essa insensatez deramando sobre a população consequências funestas, entre as quais a proibição dos Correios transportarem biópsias

humanas para outros centros científica e tecnicamente mais adiantados, porque essa remessa pode envolver uma atividade biopirata. Enfrentei semana passada esse problema quando tive que enviar um minúsculo pedaço de tecido de pessoa de minha família, por Sedex, para um Laboratório de São Paulo e fui obrigado a mentir sobre o conteúdo do pequeno pacote. Minha revolta se exacerbou por saber que a quase totalidade da classe política não precisa desse expediente, porque usa passagens pagas com dinheiro público para levar, no próprio corpo, os pedaços de suas patologias para exame nos melhores hospitais do Brasil e/ou do Mundo. Associar exames anatomopatológicos e biopirataria é mais que estupidez, é burrice extrema, um mal contra o qual a Novartis ainda não descobriu medicamentos

e a medicina não tem a solução do transplante.

Para quem não tem as mordomias do dinheiro público, restam hospitais e laboratórios sem tecnologia e sem profissionais de primeira linha uma evidência de que o problema da saúde no Estado não se restringe ao hinterland e não vai ser solucionado apenas com a contratação de médicos, especialmente aqueles formados em "faculdades" de países vizinhos (Argentina, Bolívia, Cuba e Peru) cuja qualidade foi demonstrada no último exame de validação de diplomas quando, dos 626 candidatos, só dois (0,32%) foram aprovados. O problema tem muitas dimensões e é desse conjunto de deficiências que resulta a morte de mais de 240 amazonenses por dia, segundo as estatísticas reveladas pelo governador Omar Aziz.

Esta coluna é publicada na edição do final de semana e é elaborada sob a coordenação do professor da UEA e ex-diretor do Inpa Ozório Fonseca - [ozorio@netlum.com.br](mailto:ozorio@netlum.com.br)

## Mdic

# Balança comercial registra primeiro superávit do ano

A balança comercial teve o primeiro superávit de 2013 na terceira semana de fevereiro, no valor de US\$ 179 milhões. Os dados da última semana foram divulgados ontem pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e referem-se a apenas três dias úteis em função do feriado de carnaval. Antes, os resultados semanais haviam sido todos negativos e o mês de janeiro fechou com o maior déficit da história, de US\$ 4,03 bilhões.

O resultado positivo semanal não foi suficiente para equilibrar a balança comercial. No acumulado de fevereiro, o saldo ficou negativo em US\$ 562 milhões. Já o resultado deficitário do ano chega a US\$ 4,597 bilhões. O superávit da terceira semana foi resultado da diferença entre as exportações, que somaram US\$ 2,454 bilhões, e as importações, com US\$ 2,275 bilhões. No mês e no ano, entretanto, as compras de produtos importados continuam superando as vendas externas. As importações somam US\$ 8,014 bilhões contra US\$ 7,452 bilhões em exportações em fevereiro. No ano, são US\$ 28,017 bilhões em importações contra US\$ 23,420 bilhões exportados.

No início do mês, a secretária de Comércio Exterior do ministério, Tatiana Prazeres, atribuiu o déficit de janeiro parcialmente à publicação da Instrução Normativa 1.282 da Receita Federal. De acordo com a secretária, a instrução tornou mais demorado o processo de importações de cargas a granel, o que refletiu nas compras brasileiras de combustíveis. Por isso, segundo ela, há um estoque do produto cuja aquisição não foi compensada e que ainda deve impactar no resultado

da balança. Segundo projeção do ministério, nos meses de fevereiro e março, a balança deve continuar deficitária para depois se recuperar.

De acordo com Tatiana Prazeres, o governo segue esperando encerrar o ano com superávit comercial e exportações elevadas, apesar do cenário externo de crise econômica.

Na terceira semana de fevereiro, o ministério registrou queda de 22,6% nas vendas de produtos semimanufaturados, em razão principalmente do desempenho do açúcar, couros, peles, ferro, aço, ouro e madeira cerrada. Houve declínio de 6,4% no comércio de manufaturados por causa do recuo das vendas de autopeças, etanol, plásticos, máquinas para terraplanagem e veículos de carga. Por outro lado, as vendas de produtos básicos como petróleo bruto, soja, carne bovina e suína, folhas de fumo e trigo cresceram 6,3%. A base de comparação é a média diária acumulada até a segunda semana de fevereiro.

No acumulado do mês, comparando-se a média diária das três primeiras semanas ante o mesmo período de 2012, houve queda de 19,1% nas vendas de semimanufaturados (principalmente de ferro fundido, alumínio em bruto, ligas de ferro, ferro e aço, ouro e óleo de soja) e de 17% nas de manufaturados (com destaque para óleos combustíveis, aviões, máquinas para terraplanagem, partes de motores, tratores e motores e geradores para automóveis de passageiros). As exportações de produtos básicos registraram retração menos expressiva, de 5,2%, por causa do petróleo bruto, soja, minério de ferro, folhas de fumo e grão de café.

## SUFRAMA 46 Anos

**Vem aí a Edição Comemorativa  
de Aniversário da Suframa.  
Corra! Faça parte você também!**



**SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

**46 Anos**  
**28/02/2013**



## sim & não

Omar, com Braga e os oito deputados federais do Estado.

**Desprestigiado** A propósito, com direito a quatro assentos na comissão da PEC da ZFM, o PT, até agora, não fez nenhuma indicação. Os parlamentares amazonenses avaliam isso como falta de prestígio do PT local junto às lideranças nacionais da sigla. A cobrança maior recai sobre o deputado federal Francisco Praciano (PT).

**Cobrança** A bancada do AM está pressionando o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), a formar a comissão especial que analisará a PEC que prorroga a ZFM por mais 50 anos. Ele assumiu compromissos com

## AMANHÃ

# Sefaz vai capacitar com o CRC

A Secretaria de Estado da Fazenda em parceria com o Conselho Regional de Contabilidade (CRC) promove curso sobre Escrituração Fiscal Digital (EFD), amanhã, a partir das 8h, no auditório da PGE, na rua Emílio Moreira, 1308, bairro da Praça 14, com o objetivo de ampliar o número de empresas que utilizam a ferramenta e reduzir o número de arquivos enviados à secretaria que apresentam inconsistências. Desde 2009, os contribuintes estão obrigados a substituir os livros convencionais de registros de entradas, saídas, apuração do ICMS, do IPI, registro de inventário e controle de crédito de ICMS do ativo permanente pela escrituração Fiscal Digital, que faz parte do Sistema Pública de Escrituração Fiscal Digital determinado pelo governo federal e implementado pelos Estados.

## Sefaz espreita MDIC

Fisco estadual quer saber como ministério se posicionará em relação ao PPB para condicionar de ar

**LUANA GOMES**

luana.gomes@acritica.com.br

A Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas (Sefaz/AM) espera o posicionamento do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) para decidir os passos seguintes da regulamentação da Lei nº 3.843/2012. A legislação condiciona às fabricantes de condicionadores de ar *split* a adquirir insumos locais para garantir os incentivos estaduais.

Hoje, em Manaus, uma reunião com técnicos do órgão ministerial deve indicar os rumos desta questão. Por meio da assessoria do MDIC, o coordenador geral das Indústrias do Completo Eletrônico, Alexandre Cabral, disse que o interesse da pasta é simplificar e tornar mais ágil os PPBs, além de



Afonso Lobo diz que Estado participará na reunião de hoje, na Suframa

visualizar formar de colocar mais valor agregado na produção, sem impossibilitar o processo fabril. Na quarta-feira, esta proposta já deve ser pré-definida, para dar

início a uma consulta pública com os empresários. O PPB do setor de duas rodas também deve entrar na discussão.

O titular da Sefaz, Afonso Lo-

bo, comentou que, caso sejam definidas alterações no PPB específico do item, não há necessidade do poder executivo estadual definir novas normas. "De repente, não é necessária a regulamentação, conseguimos resolver no âmbito do Ministério, dependendo de como for definido", disse, acrescentando que isto não indicaria a exclusão da lei - publicada em 21 de dezembro do ano passado -, até porque ela já define um comando geral. O secretário comentou que, em decorrência da possibilidade de alterações no PPB, a Sefaz deve colocar suas propostas na reunião, cujo objetivo é a agregação local.

### RECUPERAÇÃO

O presidente do Sindicato dos

Trabalhadores da Indústria de Material Plástico de Manaus (Sindiplast), Francisco Brito, pontuou que, tanto as alterações no PPB quanto a regulamentação permitem a recuperação de pelo menos 7 mil postos de trabalho que foram desligados no ano passado, em virtude da concorrência com os importados. "Se pelo menos em 50% de tudo que é produzido em Manaus fosse utilizado produto plástico local, haveria a possibilidade a manter e ampliar os empregos no setor", avaliou, ressaltando que até 2015 seriam um total de 20 mil postos de trabalho.

Segundo o presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco, ninguém é contra o adensamento da cadeia produtiva, mas não se pode tomar uma medida que coloque em risco a competitividade no mercado doméstico. "Se o fornecedor tiver um custo que não afete a competitividade, é lógico que todo mundo vai comprar aqui, mas não prudente forçar a aquisição de matéria-prima local se o custo dela for maior", analisou.

## Carência de mão de obra

A falta de profissionais especializados no Estado será alvo de fórum promovido pela ABRH-AM, instituições de ensino e entidades

### CINTHIA GUIMARÃES

cinthiaguimaraes@acritica.com.br

A escassez de mão de obra especializada no Amazonas tem se tornado um problema para os recrutadores de recursos humanos. Agora o assunto será tratado em um fórum permanente de discussão e soluções, a ser lançado no dia 26 deste mês, no auditório da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

Intitulado Pacto da Liderança Sustentável no Amazonas, o evento que está sendo coordenado pela Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH) vai contar com a colaboração de instituições da área acadêmica, empresas e entidades de classe. Juntos, os representantes vão trabalhar possíveis soluções para atender essa situação que é considerada muito crítica no mundo corporativo, segundo a presidente da ABRH-AM, Ozeneide Nogueira.

Essa será a primeira missão da nova diretoria da associação para o próximo triênio (2013-2015), que toma posse hoje, às 19h30, no Salão de Eventos Rio

### Área industrial

**Segundo o estudo da Fieam, a carência de profissionais qualificados é predominante nos setores de mecânica, eletroeletrônica, elétrica, ferramentaria, automação, processo e qualidade. Para os próximos anos serão serão materiais, eletrônica e produção.**

Solimões, no Palácio Rio Negro. "Pela questão da própria formação de mão de obra, a área de tecnologia sempre vai ser a mais crítica. Outra é a engenharia que também é mais difícil encontrar o profissional. Já você inclui a engenharia civil, naval, computação, mecânica", avaliou Ozeneide.

Para endossa essa realidade, a Federação das Indústrias e Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Fieam) realizou uma pesquisa em setembro do ano passado, revelando que 36% dos profissionais de nível técnico, 33% dos engenheiros e 31%



Presidente da ABRH-AM, Ozeneide Nogueira, toma posse hoje da nova diretoria

dos trabalhadores de nível superior ainda são oriundos de outros Estados. Mais: 34% de 102 empresas selecionadas estatisticamente responderam a pesquisa, porcentual que equivale a aproximadamente 33% dos

postos de trabalho hoje existentes no Polo Industrial de Manaus (PIM).

O Mapa do Trabalho Industrial 2012, elaborado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), confirma a

carência de mão de obra qualificada no Norte do País. Até 2015 a Região vai precisar de 294,8 mil profissionais.

A diretora da ABRH-AM avalia que o nível salarial do Amazonas é considerado bom, o que tem motivado profissionais de fora aceitarem propostas de emprego em empresas locais. "Nosso nível salarial não deixa a desejar. As pessoas não vão embora por questão de salário".

Ela acredita que as instituições de ensino superior ainda não dão conta da demanda de profissionais necessários do Amazonas. Das profissões em alta, ela cita atividades ligadas a biocosméticos, ao polo naval, ao desenvolvimento sustentável e ao turismo.

No entanto, a gestora de RH e coach, que é formada em Direito e Serviço Social, afirma que é preciso muito mais que uma boa formação curricular para vencer no mundo do trabalho. É necessário ter competências comportamentais como saber trabalhar em equipe, ter bons relacionamentos interpessoais, ter disciplina, respeitar regras, prazos e horários.

## Sine Manaus tem 77 vagas para hoje

O Sistema Nacional de Emprego em Manaus (Sine-Manaus) está com 77 ofertas de trabalho para preenchimento imediato. Há vagas, por exemplo, para copeiro (experiência de seis meses e ensino fundamental), encarregado de estoque (seis meses de experiência e ensino médio completo), auxiliar de cozinha (seis meses de experiência e ensino fundamental incompleto) e auxiliar de linha de produção. Todas as vagas estão sujeitas à alteração de quantidade e possuem outros pré-requisitos não discriminados acima: O Sine-Manaus fica na rua Floriano Peixoto, 134, Centro.

## Municípios recebem R\$ 144 mi em janeiro com alta na arrecadação

Melhora no desempenho do ICMS, o principal tributo, e a retomada do IPI ajudam a dividir o bolo

TEXTO Da Redação  
FOTO Sandro Pereira

MANAUS

O aumento da arrecadação em janeiro elevou os repasses aos municípios, que receberam R\$ 144,8 milhões, alta de 11,1% sobre igual mês de 2012. De acordo com os dados da Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas (Sefaz/AM), a maior fatia é do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que evoluiu 9,76% e somou R\$ 132,9 milhões.

Em janeiro, a arrecadação total do Estado somou R\$ 578,2 milhões, alta de 14% sobre igual período do ano passado. Em termos percentuais, o maior crescimento foi do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que aumentou 109% e contribuiu para elevar os repasses globais. Além do ICMS e do IPI, os municípios também recebem fatias do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e royalties.

Em janeiro, o IPI repassado chegou a R\$ 541,2 mil. Os dados da Sefaz apontam que a divisão do IPI com os 62 municípios foi de R\$ 258 mil em igual mês do ano passado. A subida ocorreu em função do retorno gradativo do imposto, que deve voltar à alíquota habitual até julho.

"A tributação está voltando ao normal e deve continuar subindo porque é um processo gradual", explica o secretário da Fazenda, Afonso Lobo. Além do retorno da tributação, o aquecimento das vendas é apontado como outro



Secretário da Sefaz, Afonso Lobo diz que o IPI está voltando ao normal após as desonerações e destaca a melhora da economia a refletir no ICMS.

**EVOLUÇÃO**  
Em janeiro, a arrecadação total do Estado somou R\$ 578,2 milhões, alta de 14%

fator para o aumento do repasse aos municípios.

Na avaliação do presidente do Conselho Regional de Economia do Amazonas (Corecon-AM), Marcus Evangelista, o volume arrecado com o IPI está ligado diretamente ao aqueci-

mento do mercado, o que em 2013, está ocorrendo com mais força. "A movimentação de produtos, de vendas esse ano está superior a 2012. A tendência é subir", afirma.

Durante todo o ano de 2012, o repasse do Imposto foi da ordem

de R\$ 6 milhões. No ano anterior, o volume havia sido de R\$ 8,9 milhões. Em entrevista ao DIÁRIO, no início de 2013, Afonso Lobo explicou que o recuo nos valores foi gerado pelas desonerações que o governo federal concedeu para o setor automotivo, linha branca e material de construção. O secretário explicou, à época, que as desonerações diminuiriam gradativamente e que o cenário deveria mudar.

O retorno da alíquota habitual do IPI é visto como positiva pela Associação Amazonense de Municípios (AMM), ao menos do ponto de vista de arrecadação. "É um momento bom para os muni-

cipios porque podem melhorar a capacidade de investimento. O aumento é positivo porque esses recursos vão diretamente para o interior", disse o presidente da entidade, Jair Souto. Ele salienta que algumas despesas, como combustível e cesta básica, têm ficado mais onerosas e que no interior o impacto é mais intenso.

Questionado sobre a perspectiva de ver os repasses em crescimento durante 2013, Souto foi cauteloso. "É uma pequena melhora em função do consumo, das vendas, do abastecimento da indústria e comércio, mas precisamos esperar para ver se esse consumo será permanente", avaliou.

Do total do ICMS de R\$ 132,97 milhões repartidos, Manaus lidera a lista dos recebimentos, com R\$ 82,5 milhões, cerca de 62% do total. O município de Presidente Figueiredo (a 117 quilômetros ao norte de Manaus) vem em seguida, com R\$ 5,6 milhões. O município de Silves (a 204 quilômetros a leste de Manaus) foi o que menos recebeu ICMS em janeiro, com R\$ 411,8 mil.

O volume de IPVA é o segundo em quantidade de repasse. Dos R\$ 17 milhões arrecadados, R\$ 8,5 milhões foram encaminhados aos municípios no primeiro mês de 2013. Os números da Sefaz/AM apontam incremento de 2941% em relação ao mesmo período de 2012, quando os repasses de IPVA totalizaram R\$ 6,595 milhões.

Já os repasses de royalties foram de R\$ 2,815 milhões em janeiro desse ano, cerca de R\$ 451 mil a mais que em 2012.

### OS RECURSOS

**R\$ 132 mi**

foi o montante obtido com o ICMS, que representa a maior fatia da receita tributária própria do Estado.

**R\$ 541 mil**

foi a soma do IPI de janeiro dividido com os municípios, alta de 109% sobre igual mês do ano passado.